

ÁREA INSCRITA:

2. HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA

2.2. HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL

NOME DO TRABALHO:

EURO, DA CRIAÇÃO À CRISE: ANTECEDENTES INSTITUCIONAIS DA MOEDA ÚNICA EUROPEIA

AUTORES:

Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli

Mestra e Doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Luiz Eduardo Simões de Souza

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

RESUMO

As presentes notas têm como objetivo analisar o processo de implantação da moeda única europeia, o *euro*, em suas disposições históricas e econômicas, para o continente. Desde as primeiras iniciativas quando da crise do sistema cambial de Bretton Woods, no final dos anos 1960, passando pelo padrão-dólar flutuante dos anos 1970, até meados dos anos 1980, quando começaram as medidas efetivas na criação de um ambiente institucional que abarcasse o euro, até sua consolidação no final da década seguinte, e crise no final deste último decênio, são observadas e estudadas as iniciativas de construção deste, em seus aspectos estruturais, o que, no ver dos autores, contribui sobremaneira para o entendimento da atual crise da zona do Euro.

Palavras Chave: Euro; União Europeia; Sistema Monetário; Crise; Europa.

ABSTRACT

These notes aims to analyze the process of implementation of the single European currency, the euro, in its historical and economical provisions for the continent. Since the first initiatives when the crisis of the Bretton Woods exchange rate system in the late 1960s, through standard-dollar floating-1970s until the mid-1980s, when they began the effective measures in creating an institutional environment which were from the euro until its consolidation at the end of the next decade, and crisis at the end of last decade, are observed and studied this building initiatives in their structural aspects, which, in the view of the authors, has greatly contributed to understanding the current crisis Euro-zone.

Keywords: Euro; European Union; Monetary System; Crisis; Europe.

EURO, DA CRIAÇÃO À CRISE: ANTECEDENTES INSTITUCIONAIS DA MOEDA ÚNICA EUROPEIA

As presentes notas tem como objetivo analisar o processo de implantação da moeda única europeia, o *euro*, em suas disposições históricas e econômicas para o continente. Em 1969, iniciaram-se os trabalhos para a criação de uma moeda única na Europa. Tais propostas resultaram no chamado *Plano Barre*¹, elaborado em conjunto pelos então seis membros componentes da Comunidade Econômica Europeia (CEE): Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda. No documento² já se observa a vontade de criar uma autoridade monetária europeia acima dos bancos centrais. Elementos estruturais, como as diferenças entre as cestas de comércio exterior dos países misturavam-se à conjuntura do maio de 1968 francês para sugerir aos países que ora discutiam a integração entre si que havia a necessidade de constituição de poderes reguladores, ao menos nas políticas macroeconômicas básicas fiscais, monetárias e cambiais. Nesse sentido, a sugestão de uma *clearing house*, ou de um sistema de compensação cambial entre as moedas europeias, financiado com crédito comum e baseado em um numerário comum, representam um passo em relação à ordem estabelecida com o sistema de Bretton Woods, em 1944.

Ainda como estratégia de combate à instabilidade cambial, no ano de 1972 adotou-se a “serpente monetária europeia” que consistia numa fórmula alternativa ao sistema monetário de Bretton Woods, e tinha como mecanismo o uso de margens de flutuação de 2,25% entre as diversas moedas europeias pertencentes ao sistema. Desse modo, pretendia-se desenvolver um grupo autônomo de taxas de câmbio entre os países da CEE que levasse à posterior eliminação das margens de flutuação entre as moedas dos países membros.

Quando, em 1973, o acordo de Bretton Woods foi eliminado pelos EUA o Grupo dos Nove³ criou o Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECOM) cujas reservas monetárias eram destinadas a ajudar os bancos centrais nacionais a manter a paridade da sua moeda no mecanismo da Serpente Monetária agora alinhada ao dólar fora do sistema de convertibilidade.

O passo seguinte foi dado em 1979, com a criação do Sistema Monetário Europeu (SME) cujo objetivo primário era interligar as moedas e evitar grandes flutuações entre os seus respectivos valores. Para tanto, foi criado o Mecanismo Europeu das Taxas de Câmbio (MET), através do qual as taxas de câmbio da moeda de cada Estado Membro obedeciam a ligeiras flutuações (+/-2,25%) para cada lado do valor de referência. Este valor foi chamado Unidade de Moeda Europeia (ECU), e era calculando de forma ponderada segundo a dimensão da economia de cada Estado Membro.

No início de 1986, a Comissão Europeia presidida por Jacques Delors aprovou o *Ato Único Europeu* (AUE) alterando o Tratado de Roma que em 1945 havia criado o Grupo dos Seis. As alterações visavam a total abertura de fronteiras entre os Estados membros para a circulação de bens, de capitais e de pessoas. O objetivo era remover as barreiras institucionais e econômicas entre os Estados Membros da CEE e estabelecer como meta a formação do Mercado Comum Europeu (MCE). Adicionalmente, o *Ato Único Europeu* determinava a criação da União Econômica e Monetária (UEM)

Em 1988, é elaborado o *Relatório Delors*⁴ que propõe entre outras medidas, a efetivação de uma união econômica e financeira na Comunidade Europeia, com criação de um banco central comum, fixação irrevogável das paridades depois da passagem para uma moeda comunitária única. Além disso, a proposta englobava a centralização das tomadas de decisão relativas à política monetária (e orçamental) por uma instância comunitária. Para a implantação de tal união, previram-se três fases, detalhadas a seguir:

FASE 1 (1990-1993): Embora esta fase tivesse começado em 1979 com a criação do SME, o seu

¹ Conforme informações disponíveis nos sites do Banco Central Europeu (<http://www.ecb.int/>); e Arquivo oficial de Legislações da União Europeia (http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs), consultados em 18/10/2012.

² Arquivo oficial de Legislações da União Europeia disponível no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs, consultado em 18/10/2012.

³ Após a adesão da Grã Bretanha, Irlanda e Dinamarca ao Bloco original de seis países.

⁴ Arquivo oficial de Legislações da União Europeia disponível no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs, consultado em 18/10/2012.

início oficial foi em 1990. Tal se deu com a abolição do controle sobre as taxas de câmbio, libertando assim os movimentos de capitais no interior da CEE. Portanto, oficialmente, a Primeira Fase da UEM caracterizou-se pela eliminação de todas as barreiras internas à livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais nos Estados-Membros da União Europeia. Ainda nessa primeira fase, atribuíram-se novas responsabilidades ao Comitê de Gestores dos bancos centrais dos Estados-Membros. Em 1992, as três fases previstas pela Comissão Delors em seu relatório foram formalizadas no Tratado de Maastricht onde se definam os critérios para a convergência econômica dos países membros e adesão a uma moeda única. Esse tratado marca a transição da CEE para a União Europeia (UE) e foi o resultado de uma conferência intergovernamental dos países membros que introduziu o Protocolo relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu, porém para Marsh⁵, tal tratado e demais propostas colocadas em vigor com sua assinatura, levaram à implantação do modelo alemão de sistema financeiro e intensificarão a divisão entre países pobres e ricos do bloco.

FASE 2 (1994-1998): A criação do Instituto Monetário Europeu (IME) em 1994 marcou o início da Segunda Fase da UEM e, o Comitê de Gestores dos Bancos Centrais foi extinto. Cabe esclarecer que o IME não tinha qualquer responsabilidade pela condução da política monetária da União Europeia (UE), a qual continuava a ser da competência das autoridades nacionais, e não podia realizar intervenções cambiais. As funções do IME eram de duplo caráter: (1) Reforçar a cooperação entre os bancos centrais e a coordenação das políticas monetárias (ainda que durante essa segunda fase a política monetária continuasse a ser definida no âmbito nacional); e (2) realizar as tarefas necessárias à instituição do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), a quem caberia determinar e conduzir a política monetária única a partir do início da terceira fase e proceder à introdução da moeda única na Terceira Fase da UEM.

Em Junho de 1997, o Conselho Europeu se reuniu em Amsterdã e aprovou o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) que criou o MET II, sucessor do SME e do MET. Este somente entraria em vigor após o lançamento do euro na sua forma monetária. O PEC continha instruções engessadoras do orçamento dos Estados para evitar endividamento dos mesmos. Tais restrições seriam reformuladas em 2005 e 2011. Ainda em 1998, em reunião do Conselho Europeu em Bruxelas, foram aprovados os onze países que poderiam adoptar o euro em 1999. Os escolhidos foram: Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia. Os Chefes de Estado ou de Governo de tais países nomearam, através de acordos políticos, os componentes da Comissão Executiva do BCE. Em conformidade com o artigo 123.º (ex-artigo 109.º-L) do Tratado que institui a Comunidade Europeia, o IME entrou em liquidação no momento em que o BCE iniciou a atividade em 1 de janeiro de 1998. Ainda nesta fase, os Estados-Membros deveriam compatibilizar suas legislações nacionais com o Tratado e os estatutos do SEBC, em especial no que diz respeito à independência dos seus bancos centrais. Da mesma forma, era esperado que cada país se adequasse aos chamados “critérios de convergência”, definidos pelo Tratado. Tais critérios são: (1) manutenção das divisas nos limites fixados pelo MET por período não inferior a dois anos; (2) taxas de juro de longo prazo não superiores a 2% das taxas dos três países membros que obtivessem melhor desempenho no período; (3) inflação inferior a um valor de referência (num período até 3 anos os preços não poderiam ser superiores a 1,5% dos do Estado melhor posicionado); e (4) o endividamento público deveria ser inferior a 60% do PIB (ou caminhar neste sentido) e o déficit orçamental seria obrigatoriamente inferior a 3%.

FASE 3 (1999-2002): Tendo confirmada sua data de início durante o Conselho Europeu de Madrid, em 15 e 16 de Dezembro de 1995, a terceira fase de implantação da UEM começou em 1 de janeiro de 1999, com a fixação irrevogável das taxas de câmbio das moedas dos iniciais 11 Estados-Membros participantes da Zona do Euro para o valor do último dia útil de 1998. Adicionalmente ocorreu a introdução do euro como moeda única, ainda na forma não-monetária. Nesse período em que a moeda ainda não estava em circulação na sua forma monetária, os valores em euro eram usados na contabilidade e as empresas podiam fazer as chamadas transações seguras em euros, uma

⁵ Conforme MARSH, David. *The battle for the new global currency*. London: Yale University Press, 2009. p.12.

vez que as taxas de câmbio entre as divisas era fixa. Para acostumar a população à nova moeda, valores em euros surgiam nas contas bancárias acompanhando os valores nas moedas nacionais.

Em 2000, a Grécia foi aprovada e se tornou o décimo segundo país a entrar na Zona do Euro. A transição para o euro em sua forma monetária ocorreu em 1º de janeiro de 2002 com a introdução das notas e moedas de euro., os respectivos bancos centrais passaram automaticamente a integrar o Euro Sistema.

No seu primeiro dia de negociação na Bolsa de Frankfurt, em 4 de Janeiro de 1999, o euro estava cotado a 1,1789 US dólares. A partir desse dia o euro desceu, e um ano depois caía abaixo da paridade euro dólar, continuando em queda até 26 de Outubro de 2000, dia em que a nova moeda atingiu o seu valor mais baixo, 0,8225 US dólares. Ao longo do ano, o valor cambial médio foi de US\$0,95. Até à introdução da moeda física, em 2002, o euro não se recuperou, subindo então de \$0,90 para \$1,02 no final de 2002. Um ano mais tarde atingiu \$1,24. Em Novembro de 2004 ultrapassou a marca de \$1,30 e atingiu 30 de Dezembro de 2004 com um valor recorde de \$1,3668. Ao longo de 2005, o euro desceu para \$1,18 em Dezembro, e em Novembro registou um valor mais baixo do que o seu ponto de partida. Em 2006, subiu de \$1,1813, em 2 de Janeiro, para \$1,2958, em 5 de Junho. No final do ano, a moeda disparou para o seu recorde mais alto, batendo a marca de \$1,30 e parecendo manter-se nesse nível. Apesar das oscilações, as populações acreditaram na nova moeda como sendo forte e mais estável que as antigas moedas nacionais e a facilidade com que as transações comerciais podiam ser feitas em qualquer país membro, ajudaram a estabelecer sua credibilidade diminuindo possíveis resistências. O processo de unificação monetária havia se concluído sem os temidos sobressaltos e protestos populares.

Bibliografia

- BEREND, I. *From the Soviet Bloc to the European Union. The Economic and Social Transformation of Central and Eastern Europe since 1973*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BLAIR, A. *The European Union since 1945*. London, Pearson, 2nd ed, 2010.
- BOYD, A. *Western Union. A study of the Trend Toward European Unity*. Washington USA: Public Affairs Press, 1949
- DINAN, D. *An ever closer union? And introduction to the European Community*. Colorado, USA: Lynne Rienner, 1994
- DEDMAN, M. J. *The origins and development of the European Union, 1945-95*. London: Routledge, 1996.
- EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital – Uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora34, 2000
- FERRER, A. *Historia de la globalización V.II*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 1998
- FOX, J. *O Mito dos Mercados Racionais. Uma história de risco, recompensa e decepção em Wall Street*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.
- GOTTSCHALK, E. *A Comunidade Econômica Europeia e os Problemas de Integração Econômica dos Mercados*. São Paulo: Forum Roberto Simonsen, 1959
- GUERNOT, U et alli. *União Europeia: Transtornos e Alcance da Integração Regional*. São Paulo: Fundação Adenauer, 2001
- HABBERMAS, J. *The Crisis of The European Union, a response*. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995
- MARSH, D. *The Euro – the battle for the new global currency*. USA: Yale University Press, 2011
- MCGIFFEN, S. *The European Union. A Critical Guide*. London: Pluto Press, 2005.
- MILWARD, A.S. *The European Rescue of the Nation State*. London: Routledge, 1992.
- NAVARRETE, D. *Fundamentos Economicos De La Unión Europea*. Madrid: Thompson, 2007
- SILVA, A. *História da União Europeia; A integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010
- TOURAINÉ, A. *Após a Crise. A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011
- VALÉRIO, N. *História da União Europeia*. Lisboa: Presença, 2010
- WINTERBERG, Jörg. *O debate sobre a União Econômica e Monetária Europeia*. São Paulo: Adenauer, 1997.